COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

N.º 27 Abril de 1988

Portugal: visita de delegação parlamentar continua na ordem do dia

A intensidade com que a questão de Timor-Leste tem sido discutida nos últimos tempos teve como pontos altos, ao nível nacional, a audiência que a Comissão Parlamentar para o acompanhamento da situação em Timor-Leste concedeu à C.D.P.M. e a Inácio de Moura, por um lado, e a reunião do Conselho de Estado em cuja ordem de trabalhos a questão figurava como ponto único, por outro.

COMISSÃO PARLAMENTAR RECEBE INÁCIO DE MOURA

O encontro de Inácio de Moura com os deputados membros da Comissão parlamentar para Timor-Leste traduziu-se numa iniciativa bastante positiva, na opinião de alguns dos deputados presentes, na medida em que permitiu esclarecer alguns aspectos da actual situação naquele território.

Das respostas de Inácio de Moura às muitas e variadas questões levantadas pelos parlamentares destacamos alguns aspectos que nos parecem de particular importância.

Em primeiro lugar, ficou claro que a Resistência existe, desenvolve acções em zonas diversificadas controlando cerca de um quarto do território e inflige baixas significativas nas tropas indonésias (cerca de 30 000 soldados indonésios terão perecido desde o início do conflito em 7 de Dezembro de 1975).

Em segundo lugar, ficou esclarecido que uma das razões da longevidade da Resistência se fica a dever à enorme cumplicidade entre os guerrilheiros e a população. Essa será também a razão do crescimento de uma resistência urbana, não armada, responsável por algumas acções de protesto e, principalmente, pela sustentação das redes clandestinas de circulação de informação.

Em terceiro lugar, ficou demonstrado que a população de Timor-Leste mantém uma enorme expectativa relativamente ao papel de Portugal na solução da grave situação em que se encontra. Questionado sobre o sentido em que se manifestava a vontade do povo timor, Inácio de Moura afirmou que, **"embora o melhor fosse perguntar ao próprio povo maubere"**, estava convicto de que a população desejaria uma solução **"que a libertasse da Indonésia"**.

Em quarto e último lugar, foi evidenciado que será inútil qualquer visita a Timor-Leste com a pretensão de observar seja o que for. Aqui, Inácio de Moura relatou aos deputados algumas das medidas de encenação que as autoridades indonésias implementam quando se trata de receber visitantes, relatos esses tanto mais significativos quanto Inácio de Moura, ele próprio, foi guia de alguns desses visitantes, entre os quais Anacoreta Correia e Nuno Rocha.

CONVITE INDONÉSIO NO CONSELHO DE ESTADO

O debate em torno desta questão no Conselho de Estado terá evidenciado contradições entre uma posição de maior abertura às propostas indonésias, apontando para um compromisso a curto prazo e uma outra, mais atenta aos princípios e convicta de que o perigo se encontra na adopção de posições precipitadas, tanto mais que a altura é propícia ao reforço da posição negocial portuguesa.

Os conselheiros receberam dois documentos,oriundos, um da Convergência Nacionalista (UDT e Fretilin) e outro da C.D.P.M., que constituem contributos a uma reflexão sobre o problema. O documento da Convergência Nacionalista reveste-se de uma grande importância política, desde logo realçada, por se tratar de uma elaboração teórica conjunta. De acordo com aquele documento, uma solução política passará por conversações tripartidas (Portugal, Indonésia e representantes do povo timor) sob os auspícios da ONU **"com vista a:**

a) definição de um período de transição que permita a reposição da legalidade internacional em Timor-Leste e a criação de condições para que Portugal termine o processo de descolonização violentamente interrompido pela invasão indonésia; e,

b) definição do processo de designação de um representante da potência administrante, que poderá assumir a figura de um Alto Comissário, com a missão de assegurar os laços decorrentes de soberania 'de jure' e 'de facto'."

Todo este processo visaria a **"transferência da soberania portuguesa aos órgãos legitimamente constituídos, em Timor-Leste"**. Aqui o documento avança a exigência do reconhecimento da Convergência Nacionalista como legítima representante do povo de Timor-Leste como uma condição **"necessária para a definição de um projecto de solução política com condições de credibilidade"**.

NESTE NÚMERO:

- **Portugal: visita de delegação parlamentar continua na ordem do dia**
- **Reacendem-se os combates em Timor-Leste**
- **Corrida para a sucessão de Suharto já começou**
- **Comissão de Direitos Humanos**

Quanto ao documento da C.D.P.M., nele são definidas algumas das linhas mestras daquilo que entendemos dever ser assumido pelo Estado português: *a)* o conflito fundamental é entre a Indonésia e o povo maubere (através da resistência armada e da resistência clandestina) não havendo a garantia de solução efectiva e duradoura sem a participação desta nessa solução; *b)* Portugal, investido do estatuto de potência administrante, encontra-se em situação ideal para promover a procura de uma solução negociada entre as partes beligerantes; *c)* com vista à procura dessa solução negociada (que corresponderia à concretização da função atribuída a Portugal como potência administrante de um território não autónomo, promovendo a sua descolonização) Portugal deverá utilizar a táctica do "pau e da cenoura", já que o ataque diplomático frontal à Indonésia não inviabiliza, antes concorre, para a levar à negociação; *d)* nesta difícil questão, uma perspectiva de longo prazo é fundamental: o que Portugal precisa não é de encontrar "saídas", mas antes de definir uma solução. □

Reacendem-se os combates em Timor-Leste

Notícias de violências contra a população continuam a ser divulgadas enquanto se assiste a uma intensificação da actividade militar das Falintil, alargada a todo o território e reveladora de grande capacidade de intervenção.

"A MINHA IRMÃ FOI TORTURADA (...); DEPOIS, MATARAM-NA".

A jornalistas Sharon Behn do **Anglo Portuguese News**, citada pelo **Indonesia News Service**, entrevistou recentemente em Lisboa Reinaldo dos Santos, refugiado timorense de 50 anos regressado há escassos meses de Timor-Leste.

"Eles ameaçaram-nos, avisaram-nos para não falarmos cá fora. Ao fim de doze anos de opressão posso dormir sem medo pela primeira vez. O exército indonésio leva as pessoas das suas casas durante a noite, sabe? As pessoas desaparecem, simplesmente. Quando os meus filhos não chegavam da escola a horas eu ficava sempre apavorado que eles tivessem sido presos". Segundo Reinaldo dos Santos os estudantes timorenses tornaram-se incómodos para a Indonésia. Em Dili inundaram recentemente (Dezembro de 1987) os edifícios públicos com panfletos e murais anti-indonésios. "**Eles pintaram inscrições nas paredes com** *spray* **'Timor é a nossa pátria' e 'Queremos liberdade e independência'**" sorriu Reinaldo. "**Foi a primeira vez que uma coisa destas aconteceu: ficámos todos muito satisfeitos mas sadíamos que iria haver represálias. De facto, foram levados para interrogatório dois estudantes**".

Outro dos entrevistados foi Ângela Gonçalves, também refugiada. Ângela segurava uma pequena fotografia tipo passe, a preto e branco. **"A minha irmã foi torturada. Choques eléctricos. Queimaram-lhe as mãos e a cara com beatas acesas. Depois, mataram-na. Nunca mo disseram, apenas me deram os papéis da prisão e esta fotografia. Costumava visitá-la na cadeia. Os indonésios não se importavam que eu a visse naquele estado: consideravam-na culpada de colaboração contra eles, o que era verdade, pois ela pertencia à Fretilin. O meu marido teve um grande choque nervoso quando ela desapareceu pela primeira vez: saiu a chorar pelas ruas, por isso o prenderam e o espancaram. Nunca mais recuperou**".

INTIMIDAÇÕES E MAUS TRATOS

Informações enviadas do interior de Timor-Leste em Janeiro e Fevereiro deste ano e que foram divulgadas pelo GIF (Gabinete de Informação da Fretilin) confirmam a difícil situação por que continua a passar a população. Assim, verificaram-se acções de intimidação dos serviços secretos indonésios contra estudantes timorenses em Bali (uma das províncias indonésias), acusados de ligação à rede clandestina da Resistência e de escutar emissões de rádio estrangeira (entre as quais a portuguesa). Também em Jacarta estudantes timorenses da AUP (Akademi Usaha Perikanan) e da UTJ (Universidade de Atma Jaya) foram privados das bolsas de estudo e sujeitos a vigilância apertada.

Em Dili são as crianças quem mais sofre: nos meses de Dezembro/87 e Janeiro/88 verificaram-se médias diárias de 5 a 6 mortes de crianças no hospital de Dili, por falta de assistência médica; os pais têm de lhes comprar os medicamentos fora do hospital, enquanto algumas crianças em perigo de vida são enviadas para casa após exame sumário (não há camas suficientes e os filhos dos indonésios têm prioridade nos tratamentos); fora de Dili as condições são ainda piores: em Manatuto, por exemplo, morrem diariamente 10 a 12 crianças.

Na sequência de acções similares já levadas a cabo n[illegible] segundo semestre de 1987, como forma de encenação para a projectada visita a Timor-Leste de parlamentares portugueses, foram libertados em 19 de Fevereiro mais 52 presos políticos mauberes que se encontravam detidos na Cadeia da Comarca, em Dili. Estes timores, entre os quais se incluem 8 mulheres (curiosamente com as penas mais pesadas do grupo), estavam presos por períodos que variavam entre 1 e 4 anos. Foram libertados antes do término da sentença, mas com a maior parte da pena já cumprida. Têm sido repetidamente denunciadas por Organizações de Direitos Humanos — incluindo a Amnistia Internacional — tanto as degradantes condições dos estabelecimentos prisionais em Timor-Leste como a farsa que constituem os julgamentos (os defensores são nomeados pelo Estado indonésio, tendo, até agora, apenas um, de entre as centenas de condenados, reclamado da sentença).

Mais grave, porém, que a situação em Dili (cadeias da Comarca e Becora) é a situação no resto do território onde se sabe existirem centros de detenção controlados pelos militares e onde se praticam interrogatórios com recurso a tortura. Estes centros existem praticamente em todos os concelhos e é-lhes negado qualquer acesso.

Após estas libertações, calcula-se que ainda continuem na Comarca cerca de duas dezenas de presos.

GUERRILHA MATA DEZ POR DIA

A confirmarem-se informações recentemente recebidas através de fontes ligadas à Resistência, as Falintil terão registado um sério revés com a prisão de Marcos Freitas — Rubileki — comandante da zona Leste, apontado como um dos mais influentes chefes guerrilheiros. Rubileki terá sido capturado em Baguia juntamente com outro timorense, no rescaldo de um confronto, ocorrido na 2.ª semana de Janeiro, com o exército indonésio e que causou 3 mortes à Resistência. Segundo as mesmas fontes, Rubileki está em Dili, em liberdade condicional, após ter sido sujeito a interrogatórios.

Notícias recentes de outros confrontos militares de envergadura dão uma ideia de como a situação continua tensa: entre 15 e 17 de Dezembro passado, o batalhão indonésio 733 foi **"quase todo"** exterminado pelas Falintil, tendo o batalhão 722 sofrido grandes baixas numa outra operação. Embora não existam dados mais pormenorizados sobre estas acções ocorridas na zona Leste, a veracidade da informação foi reconhecida pelas autoridades civis indonésias dos concelhos de Viqueque, Baucau, Lospalos, Manatuto e Ermera.

Operações levadas a cabo pelas Falintil no dia 22 de Dezembro último, nas zonas de Lospalos, Baucau e Laclubar, causaram um total de 23 mortos às tropas indonésias, além de numerosos feridos, tendo sido capturadas muitas armas e fardamento. Grande número de operações militares de pequena envergadura verificaram-se também nas zonas fronteiriças (Ainaro, Bobonaro e Maliana) nos finais de 87 e inícios de 88.

Como resultados destes combates registou-se um aumento nos fluxos de evacuações de mortos e feridos indonésios: desde Novembro e até finais de Janeiro registaram-se chegadas diárias a Dili, provenientes de vários pontos do território, de oito a dez soldados mortos; os seus corpos quando não seguem para Java, são enterrados nos cemitérios de Dili e Baucau a partir da meia-noite, sendo proibido o trânsito de peões e viaturas nas estradas circunvizinhas.

Segundo foi revelado, em consequência do reacender das actividades militares um pouco por todo o território, foram reactivados muitos postos de controlo nas estradas que se encontravam abandonados: as revistas a civis e respectivas bagagens são agora muito mais severas. □

Corrida para a sucessão de Suharto já começou

Ao longo dos primeiros meses deste ano assistiu-se na Indonésia a alguns "ajustes" no topo da hierarquia civil e militar num processo que culminou nas sessões plenárias do MPR. Procurando embora criar condições para a sucessão "natural" de Suharto, que se avizinha, foram mais as interrogações que se levantaram que as respostas que foram dadas. E no centro de algumas delas permanece a questão de Timor-Leste.

De 1 a 11 de Março passado reuniu-se em Jacarta, em sessão plenária, o MPR (Assembleia Consultiva Popular), órgão que reúne de cinco em cinco anos com o objectivo de escolher o presidente da República e de aprovar as linhas programáticas que nortearão a política governativa nos cinco anos seguintes. Cabe depois ao presidente escolhido designar a equipa governamental que as implementará.

O MPR é formado pelos 500 deputados que constituem o DPR (parlamento) nacional e por 500 membros nomeados pelo presidente em exercício. Com esta composição não é difícil adivinhar que algumas das suas atribuições são meramente formais, nomeadamente a designação do futuro presidente. Aliás, há muito que os partidos autorizados (Golkar, PPP e PDI) tinham chegado a acordo quanto à "necessidade" de Suharto aceitar um quinto mandato. O MPR limitou-se agora a dar a sua benção legitimadora.

SUDHARMONO: VITÓRIA DOS BUROCRATAS?

Nos quatro anteriores mandatos a figura do vice-presidente, "eleito" na mesma ocasião que o presidente, era apenas ornamental. Suharto tornava conhecida a sua preferência por determinada personalidade do seu séquito e o MPR, unanimemente, dava o aval à sua opção. O regime não esperava sobressaltos que pusessem em causa o *status quo*. Hoje, porém, os fiéis do velho ditador sabem que, não só este será, muito provavelmente, o seu último mandato como, eventualmente, poderá nem chegar ao seu termo, quer por problemas decorrentes da sua idade (Suharto tem 66 anos), quer pela sua hipotética eleição para presidente do Movimento dos Não-Alinhados em que a diplomacia indonésia está fortemente empenhada. Nesta perspectiva, o cargo de vice-presidente ganhou um outro relevo, pois será ele quem assegurará a continuidade do regime no caso de ocorrer alguma destas eventualidades.

Suharto limitou-se, desta vez, a definir os critérios a que deveriam obedecer os potenciais candidatos, de entre os quais o ter o **"apoio da maior força político-social do país"** (**Kompas**, 27/2/88), isto é o Golkar.

Tornou-se, assim, óbvio que a escolha recairia sobre Sudharmono, uma eminência chave da Ordem Nova.

Ocupando as funções de Secretário do Estado desde 1972 e de presidente do Golkar, o partido do poder, desde 1983, este Tenente-general na reserva, bacharelado em Direito pela escola da Academia Militar, de 61 anos de idade, é amigo de longa data de Suharto.

Desde a sua nomeação como Secretário do Estado que foi acumulando poderes crescentes, graças à sua influência sobre as promoções no aparelho estatal, que lhe permitiram colocar homens da sua confiança nos lugares estratégicos e estabelecer uma elaborada rede de dependências. É considerado um firme defensor da estatização e da protecção da indústria doméstica contra a concorrência internacional.

DIPLOMACIA: O RETOCAR DA IMAGEM?

Outra área onde se verificaram mudanças com repercussões directas sobre o conflito em Timor-Leste, foi a dos Negócios Estrangeiros que assistiu à saída do ministro Mochtar, substituído pelo embaixador junto das Nações Unidas em Nova Iorque, Ali Alatas .

Ali Alatas: Um diplomata inteligente e conhecedor do problema de Timor-Leste

Segundo fontes diplomáticas acreditadas em Nova Iorque, o novo MNE Ali Alatas é um profundo conhecedor da questão de Timor-Leste (recorde-se que ele tem chefiado a delegação do seu país nas conversações entre Portugal e a Indonésia, a decorrer naquela cidade sob os auspícios do Secr.-Geral da ONU) e poderá estar apostado em apresentar uma imagem de respeito pelos direitos humanos no território e em abri-lo a observadores internacionais, nomeadamente ONG e jornalistas não conotados com o regime.

Acompanhando a mudança de ministro, a Indonésia reforçou as suas missões na ONU, quer em Nova Iorque, quer em Genebra. Para a primeira daquelas missões foi nomeado Nana Sutresna Sastradidjaya, que desempenhava antes as funções de Director Geral para os Assuntos Políticos no Departamento dos Negócios Estrangeiros, e para a segunda o Dr. Wisber Loeis, como vice-representante permanente, que desempenhava anteriormente as funções de Director Geral do Secretariado da ASEAN em Jacarta.

EXÉRCITO: HEGEMONIA DOS "DUROS"?

Quanto a Murdani, designado como Ministro da Defesa da nova equipa governativa, mantém o comando do Kopkamtib, o aparelho de segurança interna.

Esta deslocação de Murdani para a Defesa foi acompanhada de algumas mexidas no topo da hierarquia militar, com a subida a primeiro plano de dois "duros", veteranos da guerra em Timor-Leste.

Para chefe do Estado-Maior General das FFAA foi nomeado o gen. Try Sutrisno, antigo adjunto de Suharto, jogador e presidente da Associação Indonésia de Badmington e o modelo para os filhos família da sociedade javanesa.

Como chefe do Estado-Maior do Exército foi indigitado o gen. Edi Sudradjat, de 50 anos de idade, que participou em todas as acções de esmagamento das chamadas **"revoltas regionais"**: Operasi Trikora, em 1962, de reivindicação da Papua Ocidental aos holandeses; Operasi Republik Maluku Selatan, em 1963, contra os independentistas das Molucas do Sul; Operasi OPM, em 1965, contra o movimento de libertação da Papua Ocidental OPM; Operasi PGRS, em 1969, contra as forças da Guerrilha Popular do Sarawak e Operasi Seroja, em 1978, contra a Fretilin. Durante um almoço com jornalistas, após ter sido tornada pública a sua indigitação, apresentou as três prioridades do seu comando: aumentar o profissionalismo e o espírito de combate dos soldados, aumentar a capacidade operacional das unidades e melhorar os benefícios sociais dos militares (**Kompas**, 27/2/88).

Como vice-chefe do Estado-Maior do Exército foi nomeado o ten.-gen. Adolf Sahala Rajagukguk, de 49 anos de idade, outro veterano da guerra colonial em Timor-Leste, onde desempenhou as funções de comandante militar do território (Korem 164) de 1979 a 1981. Comandou igualmente a região militar Kodam IX/Udayana que inclui Timor-Leste. □

Comissão de Direitos Humanos

Como se disse no número anterior do **Informação Timor-Leste**, a Comissão de Direitos Humanos reuniu em Genebra de 1 de Fevereiro a 11 de Março. A questão de Timor-Leste foi abordada nos pontos 9, 10, 12 e 19 da ordem do dia, para além da referência no discurso, já referido, do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Durão Barroso.

Cristiano Costa intervindo em Genebra

Cristiano Costa, um jovem timorense que conseguiu fugir de Timor-Leste no final de Dezembro passado, testemunhou a sua experiencia de prisão e tortura e a de companheiros seus que foram alvo de perseguição, desapareceram ou foram assassinados.

Pela primeira vez, a quase totalidade dos países da CEE membros da CDH (a única excepção foi a Espanha) e os Estados Unidos referiram-se a Timor-Leste. Neste último caso, a alusão foi integrada no ponto destinado à discussão do relatório da Subcomissão, do qual constava a resolução aprovada por esse órgão em Setembro do ano passado: **"o governo dos Estados Unidos segue de perto a situação de Timor-Leste e apoia as discussões entre os governos da Indonésia e de Portugal sob os auspícios do Secretário-Geral, o qual continua a ter um mandato da Assembleia Geral para resolver esta questão"**. Aliás, o apoio às conversações em Nova Iorque foi a tónica dominante das intervenções da RFA, Bélgica, Itália, Reino Unido e Irlanda, expressa sob formas diplomaticamente distintas. Por exemplo, enquanto que a Grã-Bretanha falava em apoio **"aos esforços do Secretário-Geral para encorajar uma solução bilateral entre Portugal e a Indonésia para a questão de Timor-Leste"** que se espera **"proteja inteiramente os interesses do povo de Timor-Leste"**, a Irlanda considerava que **"o progresso real na resolução de todos os problemas que a Subcomissão tinha constatado contribuiriam para o avanço dos esforços do Secretário-Geral das Nações Unidas no sentido de encorajar todas as partes interessadas numa cooperação em ordem a encontrar uma solução durável"**. Pelo seu lado, a RFA e a Bélgica insistiram no objectivo de assegurar ao povo de Timor-Leste **"os seus direitos e a sua identidade cultural"**.

Da delegação australiana, país observador nesta sessão da CDH, veio a expressão do reconhecimento da anexação: **"... na Indonésia, a Austrália continua a estar preocupada por causa de relatórios sobre restrições governamentais à liberdade de movimento e comunicação de e para a província de Timor-Leste"**.

O mais interessante, porém, foi o debate sobre as conversações a decorrer em Nova Iorque. A propósito do acordo mencionado pelos países ocidentais, a delegação indonésia afirmaria querer assegurar, mais uma vez, o desejo do seu governo em cooperar com o Secretário-Geral no desempenho desta tarefa. **"No entanto, a minha delegação gostaria de reiterar que um diálogo só pode ser bem sucedido se as partes mostrarem sinceridade e consistência na sua atitude, impedindo assim a adopção de uma atitude de dupla face, a qual poderia pôr em perigo a conclusão do diálogo."**

Em resposta, a representação portuguesa concordaria plenamente com a condição expressa, acrescentando que **"um outro elemento essencial para o sucesso do diálogo é a disposição para aceitar o compromisso, para fazer concessões. E a este respeito (...), no que toca ao problema de Timor-Leste, cabe sobretudo à Indonésia — que ocupa o território, impôr as regras sobre a vida diária do seu povo, restringe o acesso a Timor-Leste e impede Portugal, a potência administrante, de exercer os seus deveres de descolonização — fazer concessões e aceitar compromissos. No que diz respeito a Portugal, há apenas uma coisa sobre a qual não podemos fazer concessões — o respeito pelos princípios internacionalmente estabelecidos: o direito dos povos à autodeterminação e o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais."** □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77-2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel. 57 47 18/54 13 08 **Execução Gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 Assinatura anual: 300$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094 Depósito Legal n.º 25.317